



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

A COLONIALIDADE DO PODER NA AMAZÔNIA: educação decolonial para enfrentar e resistir

ANA CAROLINA DA SILVA BITENCOURT ¹
ANA CAROLINA SOARES CARDOSO ¹
BIANCA NEVES ARNAUD ¹
MARCEL THEODOOR HAZEU ¹

Resumo: O artigo apresenta reflexões, através do materialismo histórico e dialético, sobre a colonialidade do poder na Amazônia, bem como, a importância da educação decolonial como forma de luta e resistência. Caracteriza-se como uma revisão bibliográfica. As análises verificam que o processo de colonização acarretou em consequências nocivas para os povos originários e a educação colonial configura-se como uma ferramenta de fomento da discussão.

Palavras-chaves: Amazônia. Colonialidade do Poder. Decolonialidade. Educação Decolonial

Abstract: The article presents reflections, through historical and dialectical materialism, on the coloniality of power in the Amazon, as well as the importance of decolonial education as a form of struggle and resistance. It is characterized as a literature review. The analyzes verify that the colonization process had harmful consequences for the native peoples and colonial education is configured as a tool to promote discussion.

Keywords: Amazon. Coloniality of Power. Decoloniality. Decolonial Education.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Pará

1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a “conquista” da América Latina não representa um ou o capítulo mais agradável da história, isso considerando quem a conta, pois a narrativa mais vista, desde a educação básica, é a chegada do europeu para “salvar” e “civilizar” a população local. No entanto, indaga-se: a região, antes do homem branco, não era habitada? A resposta é apenas uma: sim. Todavia, a cobiça por novas terras e suas riquezas trouxeram as mais nocivas consequências aos/as latino-americanos/as, como indica Maia e Farias (2020, p. 578)

A dominação dos países europeus ocorreu em todos os segmentos e instituições da sociedade latino-americana, consolidando-se como um poder global sistemático e hegemônico, o que implicou a construção de diversos paradigmas baseados na racionalidade europeia, ainda presentes nos países latinos.

Dessa forma, Maia e Farias (2020, p. 586) declaram que as relações de poder construídas entre os europeus e os povos originários culminaram na destruição desses últimos, fazendo com que os sobreviventes assumissem, a força, a cultura do colonizador, ocasionando em uma lógica de opressão, racismo, dominação, dentre outros, e, principalmente “[...] se configurou como sendo uma perspectiva de conhecimento que tem a Europa, os valores e modos de formação de conhecimento europeus como centro da elaboração sistemática epistemológica.[...]”.

Seguindo este raciocínio, ao falar de Amazônia e tentar defini-la, associa-se imediatamente à floresta amazônica, dado que se apresenta como “fonte inesgotável de riquezas naturais” (PORTO-GONGALVES, 2018). No entanto, a mesma não se restringe somente a isso, na realidade trata-se de uma região com diversas riquezas, belezas, povos, culturas, histórias e, principalmente, é uma região marcada por intensas explorações, sofrimentos e conflitos de interesses. Isso corrobora para que o seu processo de colonização seja tão nocivo quando se discute em outros países e regiões da América Latina.

De acordo com Porto-Gonçalves (2018, p. 21), a Amazônia dispõe de uma análise crítica que ultrapassa o padrão de poder e do saber fundamentado na concepção de “dominação da natureza”, dado pela multiplicidade das matrizes de conhecimento dos povos/etnias/nacionalidades presentes e ativas, assim como apresentam parâmetros de relações de convivência, é não de dominação, com as condições matérias da vida. Observando que “Há registros de ocupação humana na Amazônia há mais de 17 mil anos antes do presente, como na Formação Cultural Chiribiquete, na Amazônia da atual Colômbia [...]”.

Sendo assim, este estudo foi impulsionado a partir das discussões realizadas durante a disciplina “Formação Socioeconômica do Brasil e da Amazônia”, em particular durante o debate sobre processo de colonização da América Latina e do Brasil, sobretudo, da Amazônia. Partindo disso, observou-se a educação decolonial como umas das estratégias para potencializar a discussão sobre o assunto, haja vista que

[...] É um conceito carregado de sentido pelos movimentos sociais indígenas latino-americanos e que questiona a colonialidade do poder, do saber e do ser. Enfim, ele

também denota outras formas de pensar e se posicionar a partir da diferença colonial, na perspectiva de um mundo mais justo. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 27).

Dessa forma, o presente artigo visa apresentar a educação colonial como uma estratégia de luta e resistência ao que tange sobre desmitificar saberes errôneos sobre os reais motivos para “colonizar” a Amazônia, tendo em vista que a trajetória amazônica é marcada pela exploração, abusos, construção de preconceitos e desconstrução de identidades culturais, os quais são traços da colonialidade ainda presentes na contemporaneidade e que reforçam o pensamento eurocêntrico, uma vez que apontam o que é desejável para região, em termos de exploração.

Compreendendo que a historicidade social, política, econômica e cultural que perpassa a colonialidade do poder, em particular, da Amazônia, este estudo utilizou-se do materialismo histórico e dialético para sua análise, pois “[...] Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (KOSÍK, 1976, p. 44).

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de desvelar o objeto de estudo deste artigo. Assim, conforme apresentado por Gil (1989), a pesquisa bibliográfica permite trabalhar com fontes já estudadas, bem como, possibilita ao/a pesquisador/a debruçar-se sobre um conjunto de fenômenos mais amplos, permitindo uma visão ampliada do seu objeto de investigação.

Portanto, o artigo encontra-se organizado da seguinte forma, a saber: a presente introdução, o desenvolvimento está dividido em três sessões, na qual discorrem, respectivamente, sobre algumas notas introdutórias sobre a colonialidade do poder, a incidência da mesma no contexto amazônico e a educação decolonial como ferramenta de luta e resistência. Seguindo, encontram-se as considerações finais e as referências utilizadas.

2. COLONIALIDADE DO PODER: NOTAS PARA COMPREENSÃO

O termo Colonialidade deriva da palavra Colonização, momento histórico em que os países europeus realizaram grandes navegações, invadiram outros continentes, escravizaram os povos desses locais e se auto declararam donos do território. Usando extrema violência passaram a impor seus costumes e modo de vida como “certo”, “ideal”, subjugando os saberes e a cultura dos povos dominados, criando, assim, o eurocentrismo e impondo o poder da Colonialidade, por meio do Colonialismo, conforme assevera Quijano (2005).

Dessa forma, com base nas elucidações de Aníbal Quijano, a colonialidade do poder pode ser compreendida como um processo de dominação, exploração e expropriação, pautado em uma classificação racial da população e divisão racial de controle do trabalho, que transcende o período da colonização e se perpetua até os dias atuais através de práticas de poder, as quais permeiam todos os âmbitos da vida social.

A classificação racial foi estabelecida a partir da criação da ideia de raça, a qual foi construída como referência às supostas estruturas biológicas diferenciais entre os grupos de conquistadores e conquistados, que situava uma relação de superioridade de uns e inferioridade de outros. Através dessa ideia, foram produzidas relações sociais nas quais os europeus estabeleceram um processo de dominação com os povos tradicionais e africanos – a denominação de índios e negros foi estabelecida pelos europeus –, no qual as identidades foram associadas à hierarquia, lugares e papéis sociais correspondentes aos colonizadores e aos colonizados(as), sendo estes, respectivamente, de dominadores e dominados(as). Posteriormente, os colonizadores codificaram a cor e os traços fenotípicos (cor da pele, do cabelo, forma dos olhos e do nariz) dos(as) colonizados(as) fazendo, assim, a “distinção” entre europeus e não-europeus, brancos e não brancos. Desse modo, a classificação racial passou a ser o instrumento mais eficaz e duradouro de dominação social universal e outro que se associou a ele, o de gênero (QUIJANO, 2005). Por conseguinte, Porto-Gonçalves e Quental (2012) reiteram que é com essa invenção eurocêntrica que surge o conceito de raça, como uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas pelos europeus e de estabelecer o controle sobre todas as formas de subjetividade, cultura e produção de conhecimento.

No que concerne a divisão racial de controle do trabalho, Quijano (2005) aponta que todas as formas de controle e exploração do trabalho, de seus recursos e de seus produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial, no qual configuraram um novo modo padrão global de controle do trabalho e um novo padrão de poder. Assim, Porto-Gonçalves e Quental (2012) argumentam que a classificação racial se associa ao lugar que estes grupos passam a ocupar na divisão do trabalho, na qual os índios estão associados à servidão, os negros à escravidão, os portugueses e espanhóis, como dominantes, podiam receber salários ou serem produtores independentes. Desta forma, o trabalho não pago passa a estar vinculado às raças dominadas, tidas como inferiores.

Logo, compreende-se que todos esses aspectos de poder, exploração e expropriação vivenciados atualmente são resultados de um processo iniciado há mais de 500 anos com a “descoberta da América”, haja vista que no colonialismo – relação estruturada no controle político-econômico entre metrópole e colônia – encontra-se a base de um novo padrão de poder que se inaugura. Isto é, a partir de um violento processo de extermínio de populações inteiras, de escravidão, de (des)possessão de terras e de exploração das riquezas naturais que se encontram os fundamentos das relações sociais de poder que instituem a América, Europa e o sistema-mundo moderno que se erguer (PORTO-GOLÇAVES; QUENTAL, 2012).

Importar salientar o papel decisivo da América no processo de formação do sistema-mundo moderno, pois sem seu ouro e sua prata, sem a ocupação de suas terras para o plantio e sem a exploração do trabalho dos povos originários e pretos, a Europa não se constituiria moderna. Ademais, a constituição da América enquanto uma região sob domínio europeu foi de suma importância para a formação da economia capitalista, visto que, sem América não haveria sistema capitalista mundial (PORTO-GOLÇAVES; QUENTAL, 2012; QUIJANO, 2005).

Diante disso, Quijano (2005) afirma que o novo padrão de poder mundial (sistema-mundo-global) se configura a partir de três elementos centrais, sendo eles: capitalismo, eurocentrismo e Colonialidade do poder, os quais subordinam, exploram e subjagam os(as) tidos(as) como “inferiores”.

Logo, percebe-se como os efeitos do processo de colonização na Abya-Yala

– América Latina foi um termo imposto pelos Europeus, logo este tem em sua construção histórica o ato de poder, na medida em que foi uma imposição – se estendeu de forma globalizada com a dominação, a exploração, a expropriação, a desigualdade e o racismo, os quais repercutem na contemporaneidade expressos pela colonialidade do poder de maneira enraizada e naturalizada nas relações sociais.

Portanto, através de uma visão de totalidade compreende-se o “lugar” que a América Latina e, particularmente, o Brasil encontra-se imerso na colonialidade do poder. Visto a partir de uma visão etnocêntrica como subdesenvolvido, antiquado e inferior em relação aos outros países da Europa. Destaca-se que isso ocorre, especialmente, pela perspectiva do eurocentrismo ser dominante em toda a sociedade, o que resulta em naturalizarmos e até reproduzirmos esses discursos de maneira pejorativa em relação a cultura, educação, linguagem, religião, entre outras características do continente Latino-Americano e do nosso próprio país.

Esse processo se reproduz na sociedade por muitas vertentes, a nível como mídia social que promove uma idealização da vida cotidiana do europeu, de suas experiências e modo de viver e enxergar o mundo, e ainda, a nível governamental de imposições institucionais, também somos influenciados pela educação que sempre abordou muito mais a história de outros países do que nossa própria história, sendo contada pela visão europeia, que fomos “descobertos e salvos” e não invadidos, dominados e explorados.

Exemplo disso são os ideais de beleza, os contos de fadas europeus sendo idealizados e, em contrapartida, nossas lendas sendo demonizadas. Nessa ótica, Silva (1999) discorre a respeito desses traços pós-colonialistas, afirmando que mesmo o Brasil sendo um País de forte influência indígena e negra, os símbolos e signos culturais dominantes ainda são de origem branca, europeizada, elitista e eurocêntrica.

A respeito desses traços pós – colonialistas na atualidade, Fanon (1968) demonstra que são muito marcantes por meio dos currículos estudantis embranquecidos, manutenção dos privilégios da branquitude, racismo institucional, estética branca e a desigualdades sociais sustentadas pela hierarquização das

raças, sob a concepção de que “[...] o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 1968, p. 29).

Logo, uma outra forma perceptível de entender a colonialidade do poder na sociedade é através da naturalização da violência, das formas de exploração/precarização do trabalho e de dominação da classe capitalista sobre os(as) trabalhadores(as) no Brasil, a qual exprime os traços desse passado/presente. Sobretudo, com a desvalorização da cultura brasileira como se tudo o que viesse de “fora” fosse mais valorizado. Frisa-se, aqui, a questão do desrespeito a diversidade em diversos âmbitos, referidos a religião e a orientação sexual, apontando um “padrão” e tudo que se opuser a esse fosse anormal.

Ademais, Fanon (1968) relata que o processo de colonialismo inicialmente feito totalmente baseado em violência física, hoje se apresenta na sociedade em outras transfigurações, como princípios de “conformidade” com a vida que se tem, a “gratidão” ao seu explorador por ter lhe ensinado o jeito certo de viver, entre outras formas de se apresentar, como fica claro a seguir, no trecho do livro *Condenados da Terra*:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de desorientadores (FANON, 1968, p. 28).

Assim, o autor esclarece como se dá o processo de alienação global dos povos colonizados, que veem seus carrascos como seus heróis e que idealizam essa concepção de conquistar, dominar e inferiorizar os povos que eles consideram menores, assim como a Europa fez com a África e a América Latina.

Portanto, torna-se nítido o ciclo vicioso que impede os povos colonizados de alcançarem a consciência de sua própria história, haja vista que a educação se dá

voltada a conceber os colonizadores como “heróis” e não conta a história do ponto de vista dos povos originários do Brasil, que tem sua voz silenciada e são reprimidos até os dias de hoje. Diante disso, a população é educada a pensar que os Europeus são exemplos, tanto pela escola quanto pela mídia, a população passa a idealizar os Europeus e busca se parecer ao máximo com o padrão estabelecido de homem branco hétero europeu e, ainda, passa a menosprezar e diminuir povos – como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos – que não têm objetivo de se adequar a esse padrão.

Importa reiterar que a colonialidade do poder se perpetua de tal forma que a própria população dominada passa a reproduzir em outras populações minoritárias os preconceitos que eles mesmo já foram e são vítimas, reproduzindo a opressão que eles sofreram e ainda sofrem, mesmo que sem perceber muitas vezes, acham que o ideal é se adequar, e não desenvolver uma forma diferente de organização social, que busque viabilizar a equidade e qualidade de vida. Este comportamento muito evidente atualmente já era apontado por Paulo Freire que apresenta essa reflexão em seu livro *Pedagogia do oprimido* (2015) onde afirmou que na ausência de uma educação libertadora, o sonho do oprimido é se tornar o opressor. Logo, uma educação libertadora possibilita ao indivíduo ter consciência de sua história real e quebrar o ciclo que já trouxe tantas consequências para a América Latina e ao Brasil.

3. A COLONIALIDADE DO PODER NA PARTICULARIDADE AMAZÔNICA

Para iniciar a discussão torna-se necessário resgatar o contexto histórico da “ocupação” da Amazônia para melhor compreender como se engendram os aspectos da colonialidade do poder na região, assim, traz-se um breve apanhado de sua trajetória a partir da chegada do *outro*. Em consonância com os apontamentos de Loureiro (2002), partimos da concepção de que a trajetória da Amazônia tem sido de perdas e danos, uma vez que a história da região, desde a chegada dos primeiros europeus até os dias atuais, tem sido marcada pela exploração e expropriação. Neste aspecto,

A Amazônia foi no passado “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados. Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; [...] a região vem se convertendo desde as últimas décadas num espaço onde se registram o conflito no campo, a miséria urbana e o desperdício de recursos naturais (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Sendo assim, ao discorrer sobre a trajetória da Amazônia reporta-se a uma história de exploração, expropriação e violência que perpassa desde a colonização quando a região foi percebida como rentável economicamente, tornando-se um local de exploração, com o primeiro ato exploratório das chamadas “drogas do sertão”, ciclo da borracha, até os dias atuais com desmatamentos, garimpos, agronegócios e grandes projetos do capital que além de causarem prejuízos para o meio ambiente, ocasionam também diversos impactos para a população que vive na região.

Ademais, Castro e Campos (2015) ressaltam que a partir da chegada dos brancos europeus foram inventadas, através de narrativas eurocêntricas – tendo por base a cultura europeia como “universal e superior” – a definição de lugares e a classificação do outro, em um contexto em que foram obscurecidos os processos intensos de mudanças vividos pelos povos originários com a descontinuidade de suas culturas e desterritorialização.

Portanto, partindo desses apontamentos, compreende-se que a chegada dos europeus na Amazônia ocasionou grandes modificações na vida dos povos que habitavam a região e, conseqüentemente, mudanças no espaço em si, marcadas por diversas relações de poder e dominação. Contudo, importa destacar que essas relações ultrapassam esse período histórico e refletem as tendências da colonialidade do poder associadas ao sistema do capital até os dias atuais.

Em referência a esse quadro, Picoli (2005) traz contribuições ao discorrer que,

“O projeto de expansão da última fronteira de colonização foi idealizado pelas estratégias que regem o mundo da concentração da riqueza, através da lógica da

dominação e do controle regional, para desenvolver nesse novo espaço concentração capitalista, o sentimento de poder para poucos e a impotência da maioria dos atores sociais da região” (PICOLI, 2005, p. 17).

Assim, apreende-se a relação intrínseca entre colonialidade do poder e capital, na qual há poder para poucos (classe dominante, em sua maioria descendentes dos europeus e perpetuadores do poder) e a impotência para a maioria da população da região (classe trabalhadora), o que traz para a cena a reflexão sobre a herança de um passado colonial que se reforça no presente. Isto é, a diferenciação das pessoas pseudocientífica de raça é parte de um sistema de poder mundial que nos habita até os dias atuais (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

Dito isto, salienta-se as particularidades da colonialidade do poder e suas expressões na região amazônica. O primeiro ponto a ser destacado é a visão eurocêntrica no que se refere a Amazônia, a qual concebe a região como uma grande floresta que cobre um imenso “vazio demográfico” que estaria passível de ser “ocupado” para, assim, se realizar o “desenvolvimento” da região, ou ainda, como se a região fosse inferior ou “atrasada” em comparação com as demais regiões do país, especialmente as regiões sul e sudeste. Ainda, a ideia de que a região é habitada somente por “índios”, com uma forma pejorativa de vê-los como povos primitivos, ocasionando, no âmbito cultural, a desvalorização dos saberes, modos de vida, costumes e crenças. Essas visões expressam o que Quijano (2005) afirma acerca dos lugares e papéis sociais correspondentes na colonialidade do poder.

O segundo ponto de extrema importância a ser salientado, são os traços da colonialidade do poder no meio ambiente, no qual ocorre a dominação e a exploração de forma exacerbada. Nesse contexto, a floresta, a natureza, a biodiversidade e a população não são respeitadas, oportunizando um lugar central para as destruições e devastações. Estes fatores são resultantes dos interesses de grupos hegemônicos (capitalistas) que visam somente o poder e o lucro em favor do mercado mundial.

Um exemplo a ser destacado é o avanço dos grandes projetos na Amazônia, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte, que com a fachada de progresso se

apropria e explorar territórios antes intocados; utilizando o slogan de desenvolvimento, utilizam a população local como mão de obra barata, entregando-os em funções braçais e trazendo os profissionais "intelectuais" de outros estados ou países.

Nesta esteira, os povos são expropriados de seus recursos naturais e desapropriados de suas terras, tal como é perceptível nas regiões dos grandes projetos da Amazônia. Esses fatores geram um inchaço populacional nos centros urbanos e periféricos, assim como, refletem para a população de maneira subjetiva devido à ruptura da cultura e do modo de viver, pois se retira o alicerce e a subsistência dessas famílias, conforme afirma Teixeira (2008).

Em síntese, compreende-se os aspectos da colonialidade do poder expressos através dos seus diversos traços na vivência em sociedade na Amazônia, a saber, mediante a violência, o racismo, o machismo, a desigualdade social/racial/gênero, a exploração/precarização do trabalho, a expropriação de terras, a degradação do meio ambiente, o desrespeito a diversidade, entre outros.

3. A IMPORTÂNCIA DA DECOLONIALIDADE PARA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE: A EDUCAÇÃO DECOLONIAL PARA LUTAR E RESISTIR

Considerando todos os aspectos da colonialidade do poder na realidade, é de suma importância a discussão sobre uma educação decolonial que busque formar cidadãos com a consciência de suas reais histórias, que possam olhar a sua realidade e valorizar suas raízes, ou ainda a desconstrução desses padrões eurocêntricos que são claramente impostos em nossa sociedade.

Importa mencionar que a pedagogia decolonial tem como objetivo nomear e enfrentar os processos históricos de marginalização produzidos pela colonização, baseados na racialização. “Sendo assim, uma pedagogia decolonial é, intrinsecamente, uma pedagogia antirracista, que insurge dos povos originários e suas resistências e reexistências” (FLEURY E EXTREMEIRA, 2019, p. 45).

Assim, para que os traços de poder sejam superados, a educação decolonial é necessária. Nesta perspectiva, Fleury e Extremeira (2019) trazem para o debate

de que forma conseguiremos desconstruir a violência colonial em nossos pensamentos, corpos e ações. Segundo os autores, por meio da educação podemos desconstruir toda a ideia de pensamento colonial que nos foi imposta, mudando nosso modo de analisar a história, tanto o passado como presente, procurando em histórias invisibilizadas, outras formas de produção de conhecimento e buscando a construção de uma sociedade democrática, libertária e, acima de tudo, antirracista.

Uma pedagogia decolonial, de acordo com Walsh (2012), está diretamente atrelada a uma perspectiva crítica e de interculturalidade, orientada ao questionamento, à transformação, à intervenção, à ação de recriação de condições distintas das condições atuais da sociedade, que foram forjadas no processo colonial e estão pautadas na racialização e padrões eurocêntricos. A autora aponta a interculturalidade enquanto uma ferramenta pedagógica questionadora e desinvisibilizadora das assimetrias de poder cunhadas com a colonização e perpetuadas pela Colonialidade. Além disso, Oliveira e Candau (2010, p. 27) salientam que

É nesse sentido que a interculturalidade não é compreendida somente como um conceito ou termo novo para referir-se ao simples contato entre o ocidente e outras civilizações, mas como algo inserido numa configuração conceitual que propõe um giro epistêmico capaz de produzir novos conhecimentos e outra compreensão simbólica do mundo, sem perder de vista a colonialidade do poder, do saber e do ser. A interculturalidade concebida nessa perspectiva representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, numa relação tensa, crítica e mais igualitária.

Nesse sentido, um diálogo realmente intercultural, segundo Walsh (2014), deve, em primeiro lugar, dar visibilidade as histórias invisibilizadas pela Colonialidade, buscando então combater tais assimetrias de poder e o ideal de soberania de um país para com outros, de maneira que também é necessário combater as categorias binárias Oriente/Ocidente, primitivo/civilizado, irracional/racional, místico/científico, categorias essas que foram e ainda são fortemente reforçadas no sistema vigente.

Ademais, os autores acima citados têm em comum a base de que se deve conhecer a realidade para então transformá-la, não se tratando apenas de elaborar pedagogias decoloniais, mas visibilizar as práticas insurgentes de resistência e reexistências já existentes e espalhadas, dando visibilidade a essas formas de

organizações sociais, desmistificando os estereótipos ainda existentes e ampliando seus aportes para a luta de libertação das mentes, dos corpos e das culturas subalternizadas na realidade pós-colonialista de nosso país.

Dessa forma, torna-se fundamental a busca de conhecimentos, dando visibilidade às práticas de resistência e a forma de viver e se organizar de populações que ainda hoje são estereotipadas como inferiores, aprendendo com elas para, então, desestruturar as práticas existentes e cruzar os limites criados e impostos pelo colonialismo; partindo dos(as) marginalizados(as), dialogando com Freire, estamos falando da pedagogia dos oprimidos como prática da liberdade, que libertará não só aos oprimidos, como também aos opressores, apresentando novas formas de ver o mundo, de se organizar e viver socialmente.

4. CONCLUSÃO

A proposta deste estudo foi sinalizar, a princípio, as causas e consequências do processo da colonialidade do poder na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, onde identifica-se a necessidade do colonizador europeu em dominar e diminuir a figura dominada, fazendo com que essa seja “grata” pela civilização, sendo que a mesma já encontrava-se nesse processo, porém era diferente do modo de vida europeu, branco e heteronormativo, ocasionando intensa exploração, massacre, tentativa maciça de ocultar as raízes históricas e entre outras.

Ao observar isso no contexto amazônico, o cenário não ocorreu de forma diferente, mas como a região, na visão eurocêntrica, encontrava-se em um “atraso” econômico e social maior do que outras regiões do Brasil, os grandes negócios iniciam o processo de modernização da mesma, visando o benefício da comunidade local, entretanto a história e a literatura apresentam subsídios suficientes que demonstram o contrário, onde o resultado desse processo gerou aos povos tradicionais da Amazônia, como índios, caboclos e negros, uma série de ataques preconceituosos aos seus costumes e cultura, que tem como consequência a perda da sua identidade cultural tornando esses povos invisíveis aos olhos das políticas públicas.

Além disso, levantou-se a questão sobre estratégias de luta e resistência,

onde identificou-se a educação colonial como uma dessas formas, haja vista que a história precisa ser contatada, seja pela oralidade ancestral e/ou pela escrita acadêmica, por aqueles/as que vivenciaram e/ou vivem esse processo de genocídio e etnocídio, pois conhecer e compreender as ocorrências de opressão eurocêntricas e suas consequências aos povos originários é de suma relevância para mais formas de resistências e lutas e desmitificação de “branco e europeu bom” e fora dessa ordem seja prejudicial.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2015.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Fleuri, Reinaldo Matias; Extremera, Marta, Olmo. (organizadores). - Colonialidade e resistências .1. ed. – Curitiba. Appris, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 59. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antonio Carlos. O delineamento da pesquisa. *In*: _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989. p. 70 – 80.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude X Branquidade: uma análise conceitual do ser branco. *In*: III Encontro Baiano em Cultura, 02, 2012, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, 2012, p. 01 – 14. Disponível em <https://www2.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf> Acesso em 31 de agosto de 2022.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOUREIRO, V. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. Estudos Avançados 16 (45), 2002 p 107-121.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, v. 21, n. 03, 2020, p. 577 – 596. Disponível em <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/issue/view/130> Acesso em 31 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, n. 01, 2010, p. 15 – 40. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-469820100001&lng=pt&nrm=iso Acesso em 31 de agosto de 2022.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Editora Fiorelo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Das relações de poder e das visões sobre a Amazônia. In: _____. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Tensões territoriais em curso. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018 p. 25-33

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional da América Latina**. Polis [online], 31, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

SILVA, Maria Nilza da. Mulheres negras: o preço de uma trajetória de sucesso. 1999. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio ambiente: Amazônia e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no21. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, reexistir y re-vivir. In: MELGAREJO, Patricia Medina (comp.). *Educación Intercultural en América Latina: memorias, horizontes históricos y disyuntivas políticas*. Cidade do México (México): UPN, CONACIT, Plaza y Valdés, 2012. p. 25-42

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de*

resistir, (re)existir y (re)vivir, v. 1. Quito (Ecuador): AbyaYala, 2013. p. 23-68.